



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

1.1. Número do processo: 022106/2026

1.2. Objeto: Aquisição de **01 (um) veículo automotor tipo pick-up**, cabine dupla, **tração 4x2**, com **05 (cinco) portas**, novo (zero quilômetro), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, devendo atender às especificações técnicas mínimas constantes na tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMA T	UN.	QUA NT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Veículo tipo PICK-UP, novo, cabine dupla, 0km, ano de fabricação 2025/2026, mínimo 05 lugares, cor branca, motor turbo com potência mínima de 140 cv, combustível flex (gasolina/etanol), câmbio mínimo manual de 06 velocidades a frente e 01 ré, air bag duplo, freios ABS com EBD, controle de tração e estabilidade, assistente de subida em rampa, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado original de	463232	UN	01	R\$ 121.735,00	121.735,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

	<p>fábrica, banco do motorista com regulagem de altura, protetor de caçamba, capota marítima, desembacador vidro traseiro, espelhos retrovisores elétricos, alarme de fábrica, vidros e travas elétricas dianteiros e traseiros originais de fábrica, rodas mínimo aro 16 de fábrica, tanque de combustível com mínimo 44 litros, computador de bordo, Multimídia: Rádio com entrada USB e Bluetooth de fábrica com alto falantes, câmera de ré, capacidade de carga útil mínimo 600 kg, jogo de tapetes, demais equipamentos obrigatórios de segurança bem como todos os itens obrigatórios do código de trânsito brasileiro. O veículo deve ser entregue plotado conforme modelo da SESA, além do brasão</p>					
--	--	--	--	--	--	--



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

	do Município nas portas dianteiras. Também deverá ser entregue emplacado e com documentação em nome da Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande.					
	TOTAL ESTIMADO					R\$ 121.735,00

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Os bens objeto desta contratação são classificados como **bens comuns**, nos termos do art. 6º, XXIII, “a”, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como **bem de luxo**, em conformidade com o Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 2.3. O prazo de vigência do contrato objeto deste Termo de Referência será de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da sua publicação no portal do PNCP.
- 2.4. O contrato disciplinará, de forma detalhada, as regras aplicáveis à sua vigência, observada a legislação pertinente.
- 2.5. Todos os itens serão avaliados quanto à **conformidade das especificações técnicas** do produto em relação ao descritivo constante do edital.
- 2.6. O objeto da aquisição observará a **padronização adotada pelo órgão**, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT, do SIASG.
- 2.7. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e aquelas previstas no presente Termo de Referência, **prevalecerão estas últimas**.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O objeto da presente solicitação consiste na **aquisição de 01 (um) veículo pick-up**, classificado como bem comum, por demandar características técnicas e de desempenho que não permitem padronização simplificada, nos termos da legislação aplicável.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

3.2. A necessidade do veículo justifica-se pela exigência de um **meio de transporte próprio** para a realização de visitas técnicas, assegurando à equipe técnica condições de atender às demandas de forma imediata e programada, sendo medida essencial ao desenvolvimento contínuo das atividades do setor.

3.3. A gestão e o desenvolvimento do setor turístico exigem **deslocamentos diários** a pontos turísticos, empreendimentos (hotéis, pousadas, bares e restaurantes), bem como à zona rural, para verificação in loco das condições de acesso, segurança e infraestrutura. A ausência de veículo próprio acarreta dependência da frota locada, resultando em imprevistos, perda de agilidade e prejuízo à eficiência dos serviços públicos, além de comprometer a fiscalização e o apoio contínuo ao trade turístico local.

3.4. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo é responsável pela **organização e logística de eventos de grande porte** (tais como a Expo Fazenda e a feira FazArte), sendo imprescindível o veículo para transporte de materiais, equipamentos e deslocamento ágil da equipe organizadora. O bem também se destinará a:

- apoiar a participação em reuniões do Conselho Municipal de Turismo, fóruns regionais e encontros com instituições parceiras (SENAC, SEBRAE, entre outros);
- viabilizar o transporte da equipe para cursos e formações voltadas ao trade turístico local, essenciais para o fomento e profissionalização do setor;
- garantir condições adequadas para **recepção, acompanhamento e transporte de delegações oficiais, investidores, operadoras de turismo, imprensa e instituições governamentais (IGRs)** em visitas técnicas de promoção do destino.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. O fornecedor será selecionado mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, nos termos da legislação vigente.

4.2. O objeto da presente contratação consiste no fornecimento de bens permanentes classificados como bens comuns, conforme descrições constantes deste Termo de Referência, atendendo ao disposto no art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Os bens deverão ser entregues na Divisão de Patrimônio Público, situada na Avenida Venezuela, nº 247, Bairro Nações, no horário das 08h00 às 17h00, de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

segunda a sexta-feira, garantindo-se a conformidade com as especificações técnicas e a integridade do material fornecido.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação observará os critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da legislação vigente e regulamentações correlatas.

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. Somente será admitida a oferta de veículo automotor que utilize combustível renovável etanol, inclusive mediante tecnologia “flex”, conforme disposto na Lei nº 9.660, de 1998.

5.1.2. Somente será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos estabelecidos nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 242/1998, nº 272/2000, bem como demais normas supervenientes.

5.1.3. Somente será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes, nos termos do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA nº 490, de 16/11/2018, Resolução CONAMA nº 492, de 20/12/2018 e complementações posteriores.

5.2. Comprovação dos Requisitos de Sustentabilidade

5.2.1. Para fins de atendimento aos requisitos ambientais e de sustentabilidade previstos neste Termo de Referência, a licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta ou quando solicitado pela Administração, documentação hábil que comprove o atendimento das exigências estabelecidas para os veículos ofertados.

5.2.2. Serão aceitos, para fins de comprovação, um ou mais dos seguintes documentos:

- Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT) ou documento equivalente emitido pelo órgão competente, contendo as características técnicas do veículo;
- Certificação ambiental, declaração do fabricante, ficha técnica, catálogo oficial ou manual do veículo que demonstre o atendimento aos requisitos ambientais exigidos;
- Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), quando



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

aplicável;

- Certificados de conformidade emitidos por organismos acreditados ou documentos expedidos por órgãos oficiais que comprovem o cumprimento das normas ambientais vigentes;
- Declaração formal do fabricante ou representante autorizado atestando que o veículo ofertado atende aos critérios de sustentabilidade previstos neste Termo de Referência.

5.2.3. A não apresentação da documentação comprobatória ou a constatação de que o veículo ofertado não atende aos requisitos ambientais estabelecidos implicará a desclassificação da proposta, sem prejuízo das demais sanções cabíveis previstas na legislação.

5.3. Subcontratação

É vedada a subcontratação do objeto contratual.

5.4. Garantia da contratação

Não será exigida a prestação de garantia prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando que o item será entregue em poucas remessas e que tal exigência poderia restringir a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de entrega

6.1.1. O prazo para entrega dos bens será de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação do contrato no Diário Oficial, em remessa única.

6.1.2. Caso não seja possível cumprir o prazo de entrega estabelecido, o Contratado deverá comunicar as razões com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, para que eventual pleito de prorrogação seja analisado, ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito.

6.1.3. A entrega deverá ser realizada na Divisão de Patrimônio Público, localizada na Avenida Venezuela, nº 247, Bairro Nações, no horário das 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

6.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

6.2.1. O prazo de garantia contratual, complementar à garantia legal, será de no



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto.

6.2.2. A garantia deverá assegurar que os bens permaneçam em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

6.2.3. A garantia abrangerá a manutenção corretiva, a ser realizada pelo Contratado ou, quando aplicável, por assistência técnica autorizada, de acordo com normas técnicas específicas.

6.2.4. A manutenção corretiva compreenderá ajustes, substituições de peças, reparos e demais correções necessárias ao restabelecimento pleno das condições de funcionamento dos bens.

6.2.5. As peças defeituosas deverão ser substituídas por outras novas, originais e de primeiro uso, com padrão de qualidade igual ou superior ao original.

6.2.6. O Contratado terá até 15 (quinze) dias úteis para realizar os reparos ou substituições, a contar da retirada do equipamento, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

6.2.7. No caso de prorrogação do prazo de reparo, o Contratado deverá disponibilizar ao Contratante equipamento equivalente, de especificação igual ou superior, para uso provisório, de forma a assegurar a continuidade dos serviços administrativos.

6.2.8. Se o Contratado não atender às obrigações de reparo ou substituição no prazo estipulado, o Contratante poderá contratar empresa diversa para execução do serviço, sendo o Contratado responsável pelo reembolso integral dos custos, sem prejuízo da manutenção da garantia.

6.2.9. O transporte dos equipamentos, quando necessário em razão de reparo ou substituição cobertos pela garantia, será de responsabilidade do Contratado.

6.2.10. A garantia legal ou contratual terá prazo próprio e independente da vigência contratual, possibilitando a aplicação de penalidades em caso de descumprimento, mesmo após o término do contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Execução do contrato



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas, com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial, devidamente apuradas em processo administrativo próprio.

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão contratual formalmente motivada pela Administração, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro formal por apostilamento no processo administrativo.

7.1.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser formalizadas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico oficial, com registro no processo administrativo para fins de rastreabilidade e controle.

7.1.4. O órgão ou entidade contratante poderá convocar formalmente representantes da contratada para adoção imediata de providências necessárias à regularização da execução contratual.

7.1.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial com a contratada, com registro em ata, contendo obrigatoriamente o alinhamento sobre:

- obrigações contratuais;
- plano de fiscalização;
- estratégias de execução;
- critérios de medição e aferição de resultados;
- hipóteses de aplicação de penalidades e sanções administrativas.

7.2. Obrigações da contratada

7.2.1. Além das obrigações já previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, a Contratada deverá cumprir integralmente as condições abaixo, sob pena de responsabilização administrativa, civil e contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

7.2.1.1. Entrega, documentação e regularização do veículo:

7.2.1.1.1. Entregar o veículo em perfeitas condições de uso, novo e sem vícios aparentes, acompanhado de toda a documentação necessária à sua regularização, registro e incorporação patrimonial pelo Município, incluindo, quando aplicável:

I. Nota fiscal válida e correspondente ao bem fornecido;

II. Empenho ou documento equivalente que formalize a despesa;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

III. Contrato administrativo ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório;

IV. Autorização para transferência de propriedade do veículo (ATPV-e), quando aplicável;

V. Demais documentos exigidos pela legislação vigente e pela Divisão de Patrimônio para incorporação do bem ao acervo municipal.

7.2.1.2. Emplacamento, transferência e adequações:

7.2.1.2.1. A Contratada deverá executar, quando previsto no edital, no Termo de Referência e/ou na proposta vencedora, todas as providências necessárias à entrega do veículo em condição plena de uso, sem ônus adicional ao Município, incluindo:

I. Transferência de propriedade, quando aplicável;

II. Emplacamento do veículo conforme normativas do órgão de trânsito competente;

III. Plotagem conforme padrão visual institucional do Município, quando exigido;

IV. Entrega do veículo com tanque de combustível cheio;

V. Demais adequações técnicas, operacionais ou legais necessárias à plena utilização do bem público.

7.2.1.3. Garantia de fábrica e revisões periódicas :

7.2.1.3.1. A Contratada deverá assegurar que o veículo fornecido esteja coberto por garantia de fábrica vigente, responsabilizando-se pelo cumprimento integral das condições necessárias à sua manutenção.

7.2.1.3.2. Durante o período de garantia, deverão ser obrigatoriamente observadas as revisões periódicas previstas no manual do fabricante, as quais deverão ser realizadas exclusivamente em concessionária autorizada da marca, conforme cronograma oficial estabelecido pelo fabricante.

7.2.1.3.3. Para fins de controle interno e externo, especialmente perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), a Contratada deverá manter e disponibilizar, quando solicitado, documentação comprobatória da realização das revisões periódicas.

7.2.1.3.4. Quando tais revisões estiverem abrangidas pela garantia de fábrica ou incluídas na composição da proposta comercial, não poderá haver qualquer ônus adicional ao Município.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

7.2.1.3.5. Quando as revisões não estiverem cobertas pela garantia ou não integrarem as condições contratuais assumidas pela Contratada, caberá à Administração sua execução, devendo ser observadas as disposições da Instrução Normativa nº 01/2026 da Divisão de Frotas, especialmente o item 7.2 e, quando aplicável, o item 7.2.1.

7.2.1.3.6. O descumprimento do cronograma de revisões obrigatórias de responsabilidade da Contratada poderá implicar perda de garantia, além de caracterizar inexecução contratual parcial, sujeitando a contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

7.2.1.4. Recebimento e incorporação patrimonial:

7.2.1.4.1. Todos os veículos adquiridos deverão ser obrigatoriamente entregues à Divisão de Patrimônio do Município de Fazenda Rio Grande/PR, para fins de incorporação ao acervo patrimonial público.

7.2.1.4.2. O recebimento deverá ser formalizado mediante registro no sistema oficial de patrimônio, por meio do protocolo "Patrimônio – Bens Móveis", acompanhado da documentação completa exigida para incorporação do bem.

7.2.1.4.3. A incorporação patrimonial somente será considerada concluída após conferência documental e física do bem, devidamente registrada no processo administrativo correspondente.

7.3. Fiscalização contratual

7.3.1. A execução será acompanhada e fiscalizada por fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser designados fiscais substitutos.

7.4. Fiscalização técnica

7.4.1. Compete ao fiscal técnico acompanhar a execução do contrato, assegurando o cumprimento das condições pactuadas e a qualidade dos resultados.

7.4.2. O fiscal técnico registrará em histórico todas as ocorrências relevantes, indicando providências corretivas.

7.4.3. Havendo irregularidades, notificará a contratada para correção no prazo fixado.

7.4.4. Sempre que ultrapassar sua competência, comunicará o gestor do contrato



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

em tempo hábil.

7.4.5. Ocorrências que possam inviabilizar a execução serão imediatamente reportadas ao gestor.

7.4.6. O fiscal técnico comunicará o término contratual, visando eventual renovação ou prorrogação tempestiva.

7.5. Fiscalização administrativa

7.5.1. Compete ao fiscal administrativo verificar a manutenção das condições de habilitação, acompanhar empenho, pagamento, garantias, glosas e formalização de apostilas e aditivos.

7.5.2. No caso de descumprimento contratual, atuará tempestivamente, reportando ao gestor quando ultrapassar sua competência.

7.6. Gestão contratual

7.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, consolidando registros, relatórios e ocorrências no histórico de gerenciamento.

7.6.2. Acompanhará as anotações dos fiscais, informando à autoridade superior situações que exijam providências fora de sua alçada.

7.6.3. Verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento.

7.6.4. Emitirá documentos comprobatórios de avaliação dos fiscais, com menção ao desempenho contratual, indicadores de resultado e penalidades aplicadas, alimentando o cadastro de atesto.

7.6.5. Tomará providências para instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

7.6.6. Elaborará relatório final sobre a consecução dos objetivos da contratação, indicando melhorias para futuras execuções.

7.6.7. Enviará a documentação ao setor de contratos para formalização de liquidação e pagamento, conforme dimensionado pela fiscalização.

7.1. Equipe de fiscalização

FISCAL DE EXECUÇÃO			
FUNÇÃO	SERVIDOR	MATRÍCULA	PORTARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

GESTOR	Jonathan Almir Barbosa	363333	04/2026
FISCAL	Analine Maquea Cardeal	355499	04/2026
FISCAL SUBSTITUTO	Cleverson Moraes de Almeida	363433	04/2026

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Recebimento

- 8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente junto com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais, tais como:

- prazo de validade;
- data da emissão;
- dados do contrato e do órgão contratante;
- período respectivo de execução do contrato;
- valor a pagar;
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade, mediante consulta a sítios eletrônicos oficiais ou documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão impeditiva à contratação com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (IN nº 3/2018).

8.2.6. Constatando-se irregularidade junto ao SICAF, será providenciada notificação ao contratado, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, a critério do contratante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa improcedente, o contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal sobre a inadimplência, bem como sobre a existência de pagamento pendente, para que sejam acionados os meios cabíveis para garantir a satisfação dos créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, será instaurado processo de rescisão contratual, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até decisão final sobre a rescisão contratual.

8.3. Prazo de Pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da IN SEGES/ME nº 77/2022.

8.3.2. Em caso de atraso por parte da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data da efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

8.4. Forma de Pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada como data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido em planilha, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado optante pelo Simples Nacional (LC nº 123/2006) não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo regime, condicionado à apresentação de comprovação documental de que faz jus ao tratamento tributário diferenciado.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço**.

9.2.A formalização da contratação ocorrerá mediante assinatura de contrato administrativo e emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

9.3. Forma de fornecimento

9.3.1. O fornecimento do objeto será em **remessa única**.

9.4. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1. Habilitação jurídica

9.4.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente válido em todo o território nacional.

9.4.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da Junta Comercial da sede.

9.4.1.3. Microempreendedor Individual (MEI): **CCMEI**, cuja autenticidade será verificada no sítio oficial gov.br.

9.4.1.4. Sociedade empresária, SLU ou EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social na Junta Comercial, com documento comprobatório de seus administradores.

9.4.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil publicada no DOU e arquivada na Junta Comercial, conforme IN DREI/ME nº 77/2020.

9.4.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com documento comprobatório de seus administradores.

9.4.1.7. Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no Registro Público competente, com averbação na matriz.

9.4.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação, estatuto social e ata de assembleia que o aprovou, arquivados em Junta Comercial ou Registro Civil, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

9.4.1.9. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva.

9.4.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.2.1. Prova de inscrição no **CNPJ** ou **CPF**, conforme o caso.

9.4.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta da RFB e PGFN, inclusive quanto à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014.

9.4.2.3. Prova de regularidade com o **FGTS**.

9.4.2.4. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da **CLT**.

9.4.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital do domicílio ou sede, pertinente ao ramo de atividade.

9.4.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda estadual/distrital do domicílio ou sede.

9.4.2.7. Caso seja isento, comprovação da isenção mediante declaração da Fazenda estadual/distrital.

9.4.2.8. O **MEI** estará dispensado da inscrição em cadastros estadual e municipal para fins de habilitação diferenciada (LC nº 123/2006).

9.4.3. Da Qualificação Técnica e Econômico-Financeira

9.4.3.1. Qualificação econômico-financeira

9.4.3.1.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio, quando pessoa física ou sociedade simples, nos termos da IN Seges/ME nº 116/2021, art. 5º, II, “c”.

9.4.3.1.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, conforme art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021.

9.4.3.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

9.4.3.1.4. Empresas constituídas no exercício em curso poderão apresentar balanço de abertura.

9.4.3.1.5. Para empresas com menos de 2 (dois) anos de constituição, exigir-se-á a apresentação das demonstrações contábeis referentes ao último exercício social.

9.4.3.1.6. Os documentos contábeis deverão observar o limite estabelecido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED.

9.4.3.1.7. Caso os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) ou Solvência Geral (SG) sejam iguais ou inferiores a 1 (um), será exigido capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou da parcela pertinente.

9.4.3.1.8. O atendimento aos índices econômico-financeiros deverá ser comprovado mediante declaração assinada por profissional legalmente habilitado em contabilidade.

9.4.3.2. Qualificação técnica

9.4.3.2.1. Comprovação de aptidão para fornecimento de bens similares em complexidade, mediante apresentação de atestados ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.4.3.2.2. Os atestados deverão comprovar o fornecimento anterior de veículos compatíveis em características, especificações e complexidade com o objeto da contratação.

9.4.3.2.3. Considerando que a presente contratação contempla o fornecimento de apenas 01 (uma) unidade, não se aplica a exigência de comprovação de percentual mínimo de execução da parcela de maior relevância, sendo suficiente a demonstração de fornecimento compatível anterior.

9.4.3.2.4. Será admitido o somatório de atestados executados concomitantemente.

9.4.3.2.5. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante, desde que comprovada sua vinculação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

9.4.3.2.6. A Administração poderá exigir documentos complementares, tais como contratos, notas fiscais, ordens de fornecimento, endereços ou locais de execução, para fins de conferência e verificação da autenticidade das informações apresentadas.

9.4.4. Regras aplicáveis às cooperativas

9.4.4.1. No caso de participação de cooperativas, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Relação de cooperados que executarão o contrato;
- b) DRSCI de cada cooperado;
- c) Comprovação do capital social proporcional;
- d) Registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;
- e) Comprovação da integralização das quotas-partes;
- f) Documentos de regularidade jurídica, incluindo ata de fundação, estatuto social, atas de assembleias, registros de presença e autorização para contratar;
- g) Última auditoria contábil-financeira da cooperativa ou declaração de sua dispensa, nos termos do art. 112 da Lei nº 5.764/1971.

9.4.5. Justificativa dos requisitos

9.4.5.1. A exigência de qualificação técnica, mediante apresentação de atestados de capacidade compatíveis com o objeto, visa assegurar que o fornecedor possua experiência mínima necessária para a correta execução contratual, prevenindo falhas e garantindo a qualidade do fornecimento.

9.4.5.2. A exigência de qualificação econômico-financeira, por meio da apresentação do balanço patrimonial, demonstrações contábeis e certidões pertinentes, tem como finalidade comprovar a capacidade financeira da empresa para assumir as obrigações do contrato, reduzindo riscos de inadimplemento.

9.4.5.3. Os requisitos estabelecidos estão previstos nos arts. 67, 69 e 71 da Lei nº 14.133/2021, sendo proporcionais, pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação, não implicando restrição indevida à competitividade do certame.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 121.735,00** (cento e vinte e um mil,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

setecentos e trinta e cinco reais), conforme valor obtido mediante aplicação da mediana da cesta de preços composta por contratações similares da Administração Pública e pesquisa direta com fornecedores especializados, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e art. 5º do Decreto Municipal nº 7.113/2023.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação será custeada com recursos orçamentários provenientes da dotação n.º134 da Emenda Parlamentar Municipal.

A despesa encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações, em consonância com o planejamento orçamentário vigente.

Cód	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Progr	Ação	Elemento	Fonte	R\$
134	07	01	22	661	0048	2.030	4.4.90.52	00000. 00000. 01.07. 00.00. 1	121.735,00

O grupo de fonte de recursos indicado no item anterior é:

RECURSOS	SIM	NÃO
Recursos do Município		X
Recursos Programas, Convênio Estadual		X
Recursos Programas, Convênio Municipal	X	

Fazenda Rio Grande, 19 de Junho de 2026.

Elaborado por:

ANALINE MAQUEA CARDEAL

Chefe de divisão

Matrícula 355499

Revisado por:

JONATHAN ALMIR BARBOSA

Diretor de Área



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

Decreto nº 7671/2025

Aprovado por:

TIAGO HENRIQUE WANDSCHEER

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Decreto nº 7651/2025



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO

ANEXO I

Modelo para plotagem do automóvel

